

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região

Exercício 2022

SUMÁRIO

1 - Demonstrações Contábeis	4
1.1 - Balanço Patrimonial	4
1.2 - Demonstrações das Variações Patrimoniais	6
1.3 - Balanço Orçamentário	8
1.4 - Balanço Financeiro	9
1.5 - Demonstração de Fluxo de Caixa	11
2 - Declaração Anual do Contador	12
3 - Contexto Operacional	13
3.1 - Resumo das Principais Práticas Contábeis - Base de Preparação das Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região	13
3.2 - Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis	14
3.3 - Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	14
Nota 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa	16
Nota 1.1 - Disponibilidade de Recursos Comprometidos	17
Nota 2 - Créditos a Curto Prazo	19
Nota 3 - Estoques	20
Nota 4 - Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	23
Nota 5 - Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	24
Nota 6 - Ativo Imobilizado	25
Nota 6.1 - Bens Móveis	25
Nota 6.2 - Bens Imóveis	29
Nota 7 - Ativo Intangível	32
Nota 8 - Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar de Curto Prazo	34
Nota 9 - Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo	37
Nota 10 - Demais Reservas	38
Nota 11 - Ajustes de Exercícios Anteriores	39
Nota 12 - Variações Patrimoniais Aumentativas	40
Nota 12.1 - Exploração e Venda de Serviços	40
Nota 12.2 - Transferências e Delegações Recebidas	40
Nota 12.3 - Valorização e Ganhos com Ativo e Desincorporação de Passivos	41
Nota 13 - Variações Patrimoniais Diminutivas	42
Nota 13.1 - Pessoal e Encargos	42
Nota 13.2 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais	42
Nota 13.3 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital	43
Nota 13.4 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	43

Nota 14 - Execução Orçamentária	44
Nota 14.1 - Dotação Atualizada	44
Nota 14.2 - GND1 - Pessoal e Encargos Sociais	46
Nota 14.3 - GND3 - Outras Despesas Correntes	46
Nota 14.4 - GND4 - Investimentos	47
Nota 14.5 - Execução de Restos a Pagar	48
Nota 15 - Resultado Financeiro	49
Nota 15.1 - Inscrição de Restos a Pagar	49
Nota 16 - Fluxo de Caixa Operacional e de Investimentos	51
Outras Informações	52
Ativo Contingente	52
Passivo Contingente	53

1 - Demonstrações Contábeis

1.1 - Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	NE	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE		34.347,80	17.504,20
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	21.012,52	8.965,05
Créditos a Curto Prazo	2	11.589,70	7.548,85
Estoques	3	371,91	498,26
VPDs Pagas Antecipadamente	4	1.373,67	492,05
ATIVO NÃO CIRCULANTE		292.436,77	258.155,09
Ativo Realizável a Longo Prazo		555,11	580,91
Créditos a Longo Prazo	5	555,11	580,91
Demais Créditos e Valores		555,11	580,91
Imobilizado	6	282.404,73	251.546,61
Bens Móveis	6.1	47.612,47	42.125,93
(-) Dep./Amort. Acum. De Bens Móveis		(24.068,14)	(19.825,81)
Bens Imóveis	6.2	258.943,66	230.372,41
(-) Dep./Amort. Acum. De Bens Imóveis		(83,25)	(1.125,91)
Intangível	7	9.476,93	6.027,54
Softwares		9.675,37	6.028,23
(-) Amortização Acumulada de Softwares		(198,44)	(0,68)
TOTAL DO ATIVO		326.784,57	275.659,28
PASSIVO	NE	2022	2021
PASSIVO CIRCULANTE		36.624,23	18.721,10
Obrigações Trab., Prev. E Assist. a Pagar a Curto Prazo	8	34.657,52	17.300,04
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	9	1.824,20	1.421,06
Demais Obrigações a Curto Prazo		142,51	0,00
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		36.624,23	18.721,10
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2022	2021
Demais Reservas	10	3.281,15	3.319,94
Resultados Acumulados		286.879,19	253.618,24
Resultado do Exercício		42.576,51	82.976,98
Resultados de Exercícios Anteriores		253.618,24	171.543,40
Ajustes de Exercícios Anteriores	11	(9.315,56)	(902,13)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		290.160,34	256.938,18

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**326.784,57****275.659,28****QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO FINANCEIRO	21.012,52	8.965,05	PASSIVO FINANCEIRO	10.743,72	3.859,60
ATIVO PERMANENTE	305.772,05	266.694,23	PASSIVO PERMANENTE	32.793,65	18.713,52
			SALDO PATRIMONIAL	283.247,20	253.086,16

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	7.753,99	6.655,45
			ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	7.753,99	6.655,45
			Obrigações Contratuais	7.753,99	6655,45
TOTAL	-	-	TOTAL	7.753,99	6.655,45

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	NE	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	1.1	8.585,58
Recursos Vinculados	1.1	1.683,21
Seguridade Social (Exceto Previdência)		128,09
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		1.555,13

1.2 - Demonstrações das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	NE	2022	2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	12	980.113,76	933.570,63
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		25.483,76	21.939,98
Taxas		25.483,76	21.939,98
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	12.1	3.801,52	154,58
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		3.801,52	154,58
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		67,17	87,91
Juros e Encargos de Mora		24,63	23,16
Variações Monetárias e Cambiais		42,54	64,75
Transferências e Delegações Recebidas	12.2	898.539,10	794.724,80
Transferências Intragovernamentais		898.539,10	791.334,77
Transferências Intergovernamentais		-	3.390,03
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	12.3	48.053,10	113.873,18
Reavaliação de Ativos		47.378,25	104.533,41
Ganhos com Incorporação de Ativos		309,83	9.338,60
Ganhos com Desincorporação de Passivos		365,02	1,18
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		4.169,10	2.790,18
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		4.169,10	2.790,18
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	13	937.537,24	850.593,66
Pessoal e Encargos	13.1	529.881,82	490.988,32
Remuneração a Pessoal		430.495,96	395.632,58
Encargos Patronais		79.963,69	75.873,62
Benefícios a Pessoal		19.422,17	19.482,12
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	13.2	285.592,58	268.791,27
Aposentadorias e Reformas		231.551,17	231.641,64
Pensões		28.116,38	25.411,38
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		25.925,04	11.738,25
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	13.3	39.370,12	32.378,55
Uso de Material de Consumo		1.666,08	1.736,29
Serviços		32.686,72	25.339,73
Depreciação, Amortização e Exaustão		5.017,32	5.302,52
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		9.730,08	300,04
Juros e Encargos de Mora		7.275,53	0,44

Variacões Monetárias e Cambiais		2.454,55	299,60
Transferências e Delegações Concedidas		32.645,49	27.302,27
Transferências Intergovernamentais		32.451,42	27.218,93
Outras Transferências e Delegações Concedidas		194,06	83,34
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	13.4	37.498,48	29.371,02
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		18.819,75	23.464,28
Perdas Involuntárias		5,28	-
Incorporação de Passivos		16.169,93	2.671,29
Desincorporação de Ativos		2.503,51	3.235,44
Tributárias		1.105,19	812,32
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		217,80	194,02
Contribuições		887,38	618,30
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		1.713,49	649,88
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		1.713,49	649,88
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		42.576,51	82.976,98

1.3 - Balanço Orçamentário

DESPESAS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESP. EMPENHADA	DESP. LIQUIDADAS	DESP. PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		823.084,17	876.136,36	884.390,14	874.439,82	874.163,00	(8.253,78)
Pessoal e Encargos Sociais	14.1	739.193,38	780.510,87	790.893,82	787.441,40	787.437,92	(10.382,95)
Outras Despesas Correntes	14.2	83.890,80	95.625,49	93.496,32	86.998,42	86.725,08	2.129,17
DESPESAS DE CAPITAL		5.438,17	10.347,17	9.955,24	9.593,41	9.593,41	391,93
Investimentos	14.3	5.438,17	10.347,17	9.955,24	9.593,41	9.593,41	391,93
TOTAL	14	828.522,34	886.483,53	894.345,38	884.033,23	883.756,41	(7.861,85)

ANEXO I - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EX. ANTERIORES	INSCRITOS EM 31/12 EX. ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADO	SALDO
DESPESAS CORRENTES		80,58	3.212,90	2.656,94	2.656,94	492,17	144,37
Pessoal e Encargos Sociais		0,00	205,11	133,35	133,35	71,76	0,00
Outras Despesas Correntes		80,58	3.007,79	2.523,59	2.523,59	420,41	144,37
DESPESAS DE CAPITAL		0,00	566,12	555,75	555,75	0,00	10,37
Investimentos		0,00	566,12	555,75	555,75	0,00	10,37
TOTAL	14.5	80,58	3.779,02	3.212,69	3.212,69	492,17	154,75

1.4 - Balanço Financeiro

INGRESSOS

ESPECIFICAÇÃO	NE	2022	2021
Receitas Orçamentárias		0,00	0,00
Ordinárias		0,00	0,00
Vinculadas		0,00	0,00
Previdência Social (RPPS)		0,00	0,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas		898.539,10	791.334,77
Resultantes da Execução Orçamentária		896.126,37	789.794,77
Sub-repasse recebido		896.126,37	789.794,77
Independente da Execução Orçamentária		2.412,73	1.540,00
Demais Transferências Recebidas		818,83	731,67
Movimentação de Saldos Patrimoniais		1.593,90	808,32
Recebimentos Extraorçamentários		43.780,20	32.324,90
Inscrição de Restos a Pagar Processados		276,82	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	15.1	10.312,15	3.779,02
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		262,33	247,94
Outros Recebimentos Extraorçamentários		32.928,89	28.297,93
Arrecadação de Outra Unidade		32.928,89	28.297,93
Saldo do Exercício Anterior		8.965,05	9.225,51
Caixa e Equivalentes de Caixa		8.965,05	9.225,51
TOTAL		951.284,35	832.885,17

DISPÊNDIOS

ESPECIFICAÇÃO	NE	2022	2021
Despesas Orçamentárias		894.345,38	792.392,37
Ordinárias		626.375,64	512.484,80
Vinculadas		267.969,74	279.907,57
Seguridade Social (Exceto Previdência)		98.473,57	144.312,45
Previdência Social (RPPS)		162.017,27	128.043,19
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		7.478,91	7.551,93
Transferências Financeiras Concedidas		32.451,42	27.218,93
Resultantes da Execução Orçamentária		309,83	-
Repasse Concedido		309,83	-

Independente da Execução Orçamentária		32.141,60	27.218,93
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		482,23	826,19
Movimento de Saldos Patrimoniais		31.659,36	26.392,73
Pagamentos Extraorçamentários		3.475,02	4.308,83
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		3.212,69	4.060,89
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		262,33	247,94
Saldo para o Exercício Seguinte		21.012,52	8.965,05
Caixa e Equivalentes de Caixa		21.012,52	8.965,05
TOTAL	15	951.284,35	832.885,17

1.5 - Demonstração de Fluxo de Caixa

INGRESSOS			
	NE	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		22.196,63	1.923,79
INGRESSOS		931.730,33	819.880,64
Outros Ingressos Operacionais		931.730,33	819.880,64
Ingressos Extraorçamentários		262,33	247,94
Transferências Financeiras Recebidas		898.539,10	791.334,77
Arrecadação de Outra Unidade		32.928,89	28.297,93
DESEMBOLSOS		(909.533,69)	(817.956,86)
Pessoal e Demais Despesas		(803.028,51)	(717.021,80)
Judiciário		(510.273,72)	(456.281,69)
Previdência Social		(276.562,95)	(258.267,92)
Encargos Especiais		(16.191,85)	(2.472,19)
Transferências Concedidas		(73.791,43)	(73.468,19)
Intragovernamentais		(73.791,43)	(73.468,19)
Outros Desembolsos Operacionais		(32.713,76)	(27.466,87)
Dispêndios Extraorçamentários		(262,33)	(247,94)
Transferências Financeiras Concedidas		(32.451,42)	(27.218,93)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(10.149,16)	(2.184,25)
DESEMBOLSOS		(10.149,16)	(2.184,25)
Aquisição de Ativo Não Circulante		(6.492,45)	(2.177,42)
Outros Desembolsos de Investimentos		(3.656,71)	(6,83)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	16	12.047,47	(260,46)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		8.965,05	9.225,51
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		21.012,52	8.965,05

2 - Declaração Anual do Contador

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2022 do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2022 e é pautada na Macrofunção 02.03.15 - Conformidade Contábil, presente no Manual SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2022, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/1964, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, **exceto** quanto aos assuntos mencionados a seguir:

1. Subavaliação do Patrimônio Líquido, conforme detalhado na NE 10; resultante de processo de reavaliação de bens imóveis nos exercícios de 2021 e 2022
2. Superavaliação das contas de Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, resultante de processo de reavaliação de bens imóveis nos exercícios de 2022, conforme NE 12.3 e 13.4, respectivamente.

Florianópolis, 27 de março de 2023.

Jorge Luiz dos Santos Cruz

SC-035903/O-2

Contador Responsável

Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região

3 - Contexto Operacional

O Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região é órgão do Poder Judiciário Federal previsto no Art. 92, inciso VI da Constituição Federal. Foi criado com a promulgação da Lei nº 6.928, de 07 de julho de 1981, possui jurisdição no Estado de Santa Catarina e tem como sede a cidade de Florianópolis.

Atualmente são 60 varas do trabalho de primeiro grau, distribuídas ao longo de 31 municípios catarinenses. Suas competências estão elencadas no Art. 114 da Carta Magna e tem como missão realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo, dessa forma, para a paz social e fortalecimento da cidadania.

Suas atividades são exercidas por servidores públicos regidos pela Lei nº 8.112/1990, suas contratações de bens, serviços e obras necessárias a manutenção das atividades que realiza obedecem a Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 10.520/2002. Quanto à administração contábil e financeira, o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região observa os preceitos da Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). No que diz respeito à elaboração e execução orçamentária, segue o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), além dos procedimentos definidos pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

3.1 - Resumo das Principais Práticas Contábeis - Base de Preparação das Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região

As demonstrações contábeis são elaboradas de acordo com a Lei nº 4.320/1964, do Decreto Lei nº 200/1967, Decreto nº 93.872/1986, Lei nº 10.180/2001 e Lei Complementar nº 101/2000. Além dos dispositivos legais, incluem-se as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) e as instruções constantes no Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Os demonstrativos contábeis foram elaborados a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). As estruturas e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial;
- II. Balanço Orçamentário;

- III. Balanço Financeiro;
- IV. Demonstração das Variações Patrimoniais;
- V. Demonstrações dos Fluxos de Caixa;
- VI. Notas Explicativas.

3.2 - Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada mensalmente pelo Contador Responsável da Unidade Gestora do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, seguindo dispositivos contidos na Macrofunção 02.03.15 do Manual SIAFI. A conformidade contábil consiste na certificação de que as demonstrações contábeis geradas pelo SIAFI estão conforme a Lei nº 4.320/1964, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e com o Manual SIAFI, além de possibilitar o relato de situações que possam ocasionar divergência nos valores evidenciados.

3.3 - Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

Abaixo são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região na elaboração de seus demonstrativos contábeis.

- A. Moeda Funcional - A moeda funcional de apresentação dos demonstrativos contábeis é o Real;
- B. Caixa e Equivalentes de Caixa - representado pelo Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - que compreende o direito de saque da Conta Única do Tesouro Nacional. São mensurados e avaliados pelo valor justo;
- C. Estoques - os valores de ingresso são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição e suas saídas, reconhecidas pelo custo médio ponderado variável.
- D. Ativo Realizável a Longo Prazo - direitos a receber não enquadrados como ativo circulante. São avaliados pelo valor nominal, acrescido de atualização monetária ajustada entre as partes, quando aplicáveis;
- E. Ativo Imobilizado - reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou construção. Após o reconhecimento inicial, estão sujeitos a depreciação, redução ao valor recuperável e à reavaliação;
- F. Depreciação - *Bens imóveis* - de competência da Secretaria do Patrimônio da União - SPU, pelo método da parábola de *Kunzle*. *Bens móveis* - depreciado pelo método das

quotas constantes, conforme prazo de vida útil e valor residual constantes na Macrofunção 020330 - Depreciação, Amortização e Exaustão da Adm. Dir. União, Aut. e Fund. do Manual SIAFI.

G. Ativo Intangível - reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição. Após, estão sujeitos a amortização e redução ao valor recuperável ou procedimentos de reavaliação. Os ativos intangíveis deste Regional registram softwares adquiridos e em uso atualmente. Para fins de amortização são segregados em softwares com suporte ativo, de infraestrutura e de prateleira.

Softwares com Suporte Ativo: enquadram-se nessa categoria licenças de softwares adquiridas e para as quais há suporte ativo, sendo aquelas que o órgão mantém pagamentos que garantem atualização para a última versão disponível e suporte em caso de problemas. Possuem vida útil indefinida, não sofrendo amortização, sendo usadas ativamente e não havendo expectativa de descontinuidade.

Softwares de infraestrutura: enquadram-se as licenças de software de uso crítico e para as quais não há suporte ativo. Caracterizam-se ainda por serem softwares que pouco se alteram ou que mantêm compatibilidade com demais ferramentas por maior período de tempo. Possuem vida útil estimada de 10 anos sendo este o prazo de amortização utilizado.

Softwares de prateleira: enquadram-se licenças de softwares de uso comum (programas que auxiliam a execução das atividades laborais, porém sem causar impactos na continuidade de serviços em caso de ausência) e para as quais não há suporte ativo. Possuem vida útil estimada de 5 anos, sendo este o prazo de amortização utilizado.

H. Passivo Circulante - são evidenciados pelo custo histórico, acrescidos de encargos de variações monetárias ocorridas até a data das demonstrações contábeis;

I. Resultado Patrimonial - resultado do confronto das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e Diminutivas (VPD), utilizando o regime de competência;

J. Resultado Orçamentário - conforme o Art. 35 da Lei nº 4.320/1964. O resultado orçamentário (superávit/déficit) é obtido pelo confronto das receitas realizadas com as despesas empenhadas e apresentados no próprio demonstrativo;

K. Resultado Financeiro - confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários ocorridos durante o exercício financeiro e que afetaram as disponibilidades do TRT12.

L. Os valores dos demonstrativos contábeis são apresentados em milhar, exceto quando informado de forma diversa.

Nota 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam os recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. No Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT-12), o item compreende o direito de saque na Conta Única do Tesouro Nacional, conforme programação financeira executada pelo órgão central - Tesouro Nacional (STN) - e intermediada pelo Órgão Setorial de Programação Financeira - Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). Os dados trazem os montante de recursos disponíveis, suas composições percentuais e variações ao longo dos dois últimos exercícios financeiros. O limite de saque é detalhado por fonte de recursos pois objetiva evidenciar a origem da receita arrecadada.

Tabela 1: Limite de Saque com Vinculação de Pagamento por Fonte de Recursos

Fonte de Recursos	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)	Varição Absoluta
00 - Recursos Ordinários	17.686,61	5.804,41	204,71%	84,17%	11.882,20
27 - Custas Judiciais	135,52	641,26	-78,87%	0,64%	-505,74
50 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.451,44	1.421,88	2,08%	6,91%	29,56
51 - Recursos Livres da Seguridade Social	128,09	139,96	-8,48%	0,61%	-11,87
70 - Recursos Próprios Primários Aplicação Específica	1.012,30	0,00	-	4,82%	1.012,30
81 - Recurso de Convênios	106,38	957,54	-88,89%	0,51%	-851,16
88 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	492,18	0,00	-	2,34%	492,18
Total	21.012,52	8.965,05	134,38%	100,00%	12.047,47

FONTE: SIAFI 2022

Observa-se que o saldo final da conta apresentou considerável aumento em relação ao ano anterior, devido a um aumento de valores inscritos em restos a pagar neste último exercício.

Do montante apresentado, R\$ 7.247,33 não podem ser utilizados por falta de previsão orçamentária. Este recurso é sobra de financeiro de exercícios anteriores com fonte específica e que não fora utilizado em sua totalidade.

Ainda no que se refere à disponibilidade de recursos, estas podem ser classificadas por fonte/destinação de recursos, tendo como objetivo identificar as fontes de financiamento dos gastos públicos. Tal mecanismo é obrigatório, por meio da Lei Complementar nº 101/2000, art 8º, parágrafo único, e art. 50, inciso I.

No TRT-12 a disponibilidade de caixa é representada pelo Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, e o mecanismo de fonte/destinação de recursos, constante no MCASP, podem ser classificados da seguinte forma:

- Quanto a destinação: Vinculada e Não Vinculada.
- ✓ Destinação Vinculada: processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recurso;
- ✓ Destinação Ordinária: processo de livre alocação entre a origem e aplicação dos recursos.

O recurso com destinação ordinária é composto apenas pela fonte "00 - Recurso Ordinário", enquanto que as demais fontes de recursos são integrantes dos recursos vinculados.

Nota 1.1 - Disponibilidade de Recursos Comprometidos

Este tópico mostra, por fonte de recursos, o montante de caixa e equivalente de caixa disponível para utilização e também aqueles recursos já comprometidos por empenho e não liquidadas, inscritos em restos a pagar no exercício.

Tabela 2: Disponibilidade de recursos comprometidas

Fonte de Recursos	Disponibilidades	Empenhadas e não liquidadas	Liquidadas e não pagas	A utilizar
00 - Recursos Ordinários	17.686,61	8.872,53	228,50	8.585,58
27 - Custas Judiciais	135,52	109,36	26,16	0,00
50 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.451,44			1.451,44
51 - Recursos Livres da Seguridade Social	128,09			128,09
70 - Recursos Próprios Primários Aplicação Específica	1.012,30	990,14	22,16	0,00
81 - Recurso de Convênios	106,38	2,69		103,69
88 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	492,18	492,18		0,00
Total	21.012,52	10.466,90	276,82	10.268,80

FONTE: SIAFI 2022

Das disponibilidades constantes do encerramento do exercício, 51,13% deste recurso está comprometido por empenho ou liquidação, conforme demonstrado na tabela acima. A coluna das despesas liquidadas mas não pagas correspondem aos valores de contribuição previdenciária retidas de terceiros e não pagas até 31/12/2022, devido à nova forma de apuração e pagamento determinada pela Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb), enquanto que os valores empenhados correspondem aos valores inscritos em restos a pagar no exercício.

Nota 2 - Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a compensar relacionados a adiantamento a servidores, fornecedores, créditos por infrações, créditos de acerto financeiro com servidores e ex-servidores e créditos descentralizados a outras instituições.

Tabela 3: Detalhamento de créditos a curto prazo

Créditos a curto prazo	2022	2021	Variação (%)
1.1.3.1.1.01.01 - 13º adiantamento	5.424,07	5.264,80	3,03%
1.1.3.1.1.01.05 - Salários e Ordenados - Pgto antecipado	2.203,00	2.284,05	-3,55%
1.1.3.1.1.01.07 - Adto Auxílio alimentação	1.889,22	-	-
1.1.3.1.1.09.00 - Adto Fornecedores	58,39	-	-
1.1.3.8.1.07.00 - Créd. receber por Infrações	550,12	-	-
1.1.3.8.1.16.00 - Créd. receber acerto financeiro	1.155,06	-	-
1.1.3.8.2.38.00 - Adto - TED	309,83	-	-
TOTAL	11.589,69	7.548,85	53,53%

FONTE: SIAFI 2022

O saldo de adiantamento de salários e adiantamento de 13º salário e antecipação de salários e ordenados referem-se ao pagamento antecipado a magistrados e servidores que fizeram solicitação de férias no início do exercício de 2023. Já a conta de adiantamento de auxílio alimentação corresponde aos valores de Janeiro/2023 mas já pagos antecipadamente aos servidores em dezembro/2022.

Os créditos de infrações contratuais contém valores relacionados a revisão de contratos com desoneração da folha de pagamento, em atendimento ao Acórdão 2.859/2013 do TCU.

Os valores da conta 1.1.3.8.1.16.00 são relacionados com valores a receber de servidores e ex-servidores em andamento ou suspensas.

Por fim, o Adto - TED faz referência à descentralização de recursos para a Universidade Federal de Santa Catarina para projeto junto ao tribunal.

Os valores sem correspondência em 2021 (exceto Adto TED) são rotinas implementadas no decorrer do último exercício, motivo pelo qual não há valores comparativos.

Nota 3 - Estoques

O item estoques é representado pelos valores dos materiais de consumo adquiridos e estocados em almoxarifado, destinados a atender ao consumo interno deste Regional e suas unidades em todo o Estado de Santa Catarina.

No exercício de 2022 foram adquiridos R\$ 1.545.430,55, enquanto que no ano anterior o montante das aquisições somou R\$ 1.437.461,22. Já o consumo deste materiais foram de R\$ 1.671.773,96 e R\$ 1.753.305,23 no mesmos períodos.

Do montante das aquisições, aproximadamente 85% foram classificadas em 5 grupos:

- 24 - MATERIAL P/ MANUT. DE BENS IMÓVEIS/INSTALAÇÕES (46,29%);
- 17 - MATERIAL DE TIC - MATERIAL DE CONSUMO (13,27%);
- 23 - UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS (12,78%);
- 26 - MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO (7,19%); e
- 01 - COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS (4,70%).

As despesas do subelemento 24 - MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/ INSTALAÇÕES justificam-se pelas reformas e adequações realizadas em diversas unidades deste Regional, considerando, inclusive, a instalação da VT da cidade de Itapema e a realocação de unidades no edifício-sede e seus anexos, ainda reflexo da desocupação do edifício Utrillo, ocorrida em 2021.

Para o subelemento 17 - MATERIAL DE TIC - MATERIAL DE CONSUMO, as principais aquisições referem-se à atualização da Biblioteca Robotizada de Fitas, para backup de dados e sistemas; e a aquisição de câmeras e microfones para a realização de videoconferências.

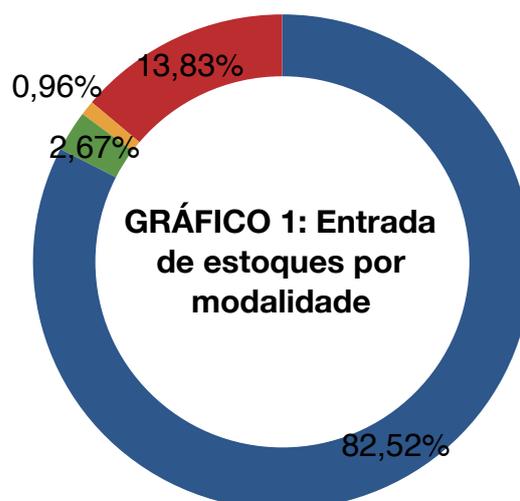
Em relação ao subelemento 23 - UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS, os valores referem-se à aquisição de uniformes para os agentes da recém criada Polícia Judicial deste Regional.

No subelemento 26 - MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO, houve aquisição de baterias para nobreaks instalados no edifício sede e no FT Florianópolis, respondendo por 86,52% das aquisições para esse grupo no exercício.

O aumento das despesas do subelemento 01 - COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS justifica-se pela normalização nos deslocamentos que haviam sido reduzidos/suspensos em razão da pandemia de COVID-19.

Dentre as entradas, a maior parte dos bens foi adquirida para consumo imediato, ou seja, para atender demandas específicas, sem que ficassem armazenadas em almoxarifado:

- IMEDIATO
- IMEDIATO (SUP. FUNDOS)
- DEVOLUÇÕES
- ESTOQUE
- ESTOQUE (SUP. FUNDOS)



Em virtude da implantação do Almojarifado Virtual, com o fornecimento e a entrega dos bens sendo transferidos para empresa terceirizada (*Outsourcing*), bem como com em decorrência da redução da área útil de armazenamento, em virtude da transferência do Arquivo Geral para o galpão do Almojarifado, este Regional vêm gradativamente reduzindo os seus estoques de bens de consumo, de forma, também, a otimizar os seus custos, inclusive de logística.

Abaixo é apresentado tabela com as informações dos últimos dois exercícios deste item:

Tabela 4: Detalhamento da conta Estoques

Subitem	Saldo Inicial 2021	Entradas	Saídas	Saldo Final 2021	Entradas	Saídas	Saldo Final 2022
COMBUSTIVEIS E LUB. AUTOMOTIVOS	0,00	30,39	30,39	0,00	72,57	72,57	0,00
GAS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	0,00	3,55	3,55	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLOSIVOS E MUNICOES	0,00	0,00	0,00	0,00	33,90	33,90	0,00
GENEROS DE ALIMENTACAO	0,00	10,80	10,80	0,00	22,97	22,97	0,00
MATERIAL FARMACOLOGICO	0,00	1,59	1,59	0,00	0,50	0,50	0,00
MATERIAL ODONTOLOGICO	0,00	11,14	11,14	0,00	23,92	23,92	0,00
MATERIAL DE EXPEDIENTE	113,36	1,04	37,35	77,05	21,13	44,82	53,37
MATERIAL DE TIC - MATERIAL DE CONSUMO	228,78	124,44	175,54	177,68	205,02	226,04	156,67
MATERIAL DE ACOND. E EMBALAGEM	10,05	7,52	11,47	6,10	0,25	1,69	4,66
MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO	0,00	0,05	0,05	0,00	6,19	6,19	0,00
MATERIAL DE COPA E COZINHA	36,09	0,82	5,18	31,74	6,13	11,58	26,29
MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZACAO	245,07	0,08	95,78	149,37	0,44	69,70	80,11
UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	0,00	4,47	4,47	0,00	197,58	197,58	0,00
MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	0,00	992,49	992,49	0,00	715,39	715,39	0,00
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS MOVEIS	11,18	43,08	44,86	9,40	22,16	25,78	5,78
MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	5,01	22,45	26,83	0,63	111,15	111,61	0,17
MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	1,25	117,77	118,56	0,46	0,07	0,38	0,15
MATERIAL P/ AUDIO, VIDEO E FOTO	2,38	20,38	20,89	1,87	0,00	0,47	1,40
MATERIAL PARA COMUNICACOES	148,20	0,00	114,47	33,73	9,56	19,12	24,17
SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS	0,00	4,22	4,22	0,00	3,47	3,47	0,00
MATERIAL HOSPITALAR	0,00	0,00	0,00	0,00	9,90	9,90	0,00
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS	0,00	17,53	17,53	0,00	26,76	26,76	0,00
MATERIAL P/ UTILIZACAO EM GRAFICA	0,34	0,02	0,13	0,23	0,17	0,28	0,11
FERRAMENTAS	0,39	0,15	0,15	0,39	0,30	0,35	0,33
MATERIAL DE SINALIZACAO VISUAL E OUTROS	1,03	23,20	23,20	1,03	0,00	0,24	0,80
MATERIAL BIBLIOGRAFICO	0,00	0,00	0,00	0,00	27,64	27,64	0,00
BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGNIAS	6,30	0,00	2,29	4,00	19,83	10,40	13,43
MATERIAL PARA DIVULGACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,20	0,20	0,00
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	4,69	0,26	0,36	4,58	8,25	8,35	4,48
TOTAL	814,12	1.437,44	1.753,29	498,26	1.545,45	1.671,80	371,92

FONTE: SIAFI 2022

Nota 4 - Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Referem-se aos prêmios de seguros e assinaturas/anuidades pagas antecipadamente cujos benefícios ou prestação de serviços à entidade ocorrerão no curto prazo.

Seus valores são amortizados conforme o prazo de vigência do prêmio/assinatura/anuidade.

As adições desta conta se dão pela aquisição de produtos/serviços, enquanto que as baixas são relacionadas com a amortização desses direitos, realizados de forma linear.

Observa-se um aumento da conta Assinaturas e Anuidades a Apropriar, em sua maior parte, por aquisição de suporte para *softwares* que dão suporte aos trabalhos desenvolvidos no órgão, no valor de R\$ 1.077.500,00, conforme conciliação acima.

Tabela 5: Conciliação VPD Pagas Antecipadamente

VPDs pagas antecipadamente	Prêmio de Seguros a Apropriar	Assinaturas e Anuidades a Apropriar
Saldo Inicial em 2021	30,85	11,30
(+) Adições	41,50	524,97
(-) Baixas	(41,04)	(75,53)
Saldo Final em 2021	31,31	460,74
(+) Adições	27,88	1.417,58
(-) Baixas	(42,79)	(521,04)
Saldo Final em 2022	16,40	1.357,28

FONTE: SIAFI 2022

Nota 5 - Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Esta conta registra os valores relativos aos adiantamentos de recursos às entidades fechadas de previdência complementar, conforme dispõe o art. 25 da lei 12618/2012.

Neste Regional, os registros são efetuados com base na MENSAGEM CFIN/CSJT N°040/2015, derivada do OFÍCIO - 21/2015 - Circular CSJT.GP.SG.CFIN.

Os valores antecipados pelo Tribunal Superior do Trabalho geram crédito para futuras compensações nos Regionais, conforme protocolo de compromisso firmado entre o Judiciário Federal e a FUNPRESP-JUD.

Os lançamentos registrados nesta conta contábil referem-se à atualização monetária dos saldos, registrados mensalmente com base no índice IPCA, divulgado pelo IBGE. Também podem ocorrer baixas destes saldos, decorrente do atingimento do ponto de equilíbrio pela FUNPRESP-JUD (receitas administrativas superiores às despesas administrativas no mesmo ano calendário), fato este informado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, para os registros cabíveis pelo Regional.

Tabela 6: Conciliação Demais Créditos a Longo Prazo

Demais Créditos a Longo Prazo	Valores
Saldo Inicial em 2021	602,94
(+) Atualizações	64,74
(-) Amortização	(86,77)
Saldo Final em 2021	580,91
(+) Atualizações	43,66
(-) Amortização	(69,47)
Saldo Final em 2022	555,10

FONTE: SIAFI 2022

Com relação as atualizações, em ambos os exercícios não compreendem o mês de dezembro devido ao prazo de encerramento do SIAFI ser anteriormente a divulgação do índice pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota 6 - Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região é o conjunto de bens tangíveis que são mantidos para o uso ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, cuja utilização se dará por mais de um período. Este item é composto por bens móveis e imóveis mantidos para a prestação de serviços judiciários para a sociedade.

São reconhecidos inicialmente pelos valores de aquisição, produção ou construção e sua mensuração se dá da seguinte forma: bens móveis, pelo método de custo e bens imóveis, pelo método de reavaliação.

As causas das evoluções dos ativos imobilizados encontram-se detalhadas nas Notas 6.1 e 6.2, abaixo.

Nota 6.1 - Bens Móveis

Ao contrário do mencionado nas Notas Explicativas do exercício anterior, os bens móveis do patrimônio deste Regional não foram reavaliados no exercício 2020. Houve ajuste de exercícios anteriores, decorrente da aplicação de data de corte para implementação da depreciação. Ocorre que quando da implantação do SCMP - Sistema de Controle de Material e Patrimônio, no exercício 2015, foi iniciada a depreciação de todos os bens, incluídos os já em uso, sem a apuração de seus valores justos.

Assim, em 2020, para todos os bens adquiridos em data superior a 01/01/2015 foi feita a apuração de seus valores justos, considerando pesquisa de mercado, tempo de uso, expectativa de vida restante e estado de conservação.

O procedimento aplicado no exercício 2020 foi feito conforme o item 5.10. ESQUEMA DE IMPLEMENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO E DEPRECIÇÃO DE BENS PÚBLICOS, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP 8ª edição, Parte II.

Tal procedimento teve reflexos no exercício 2021, em virtude de erro na importação dos parâmetros para o SCMP, conforme mencionado em nota explicativa no referido exercício.

A situação dos bens móveis nos últimos dois exercícios está informada abaixo:

Tabela 7: Bens Móveis por Grupo de Contas

Bens Móveis	2022	2021	Análise Vertical (2022)	Análise Horizontal
Maq. Aparelhos e Ferramentas	2.778,76	2.220,19	5,84%	25,16%
Bens de Informática	27.951,71	26.045,60	58,71%	7,32%
Móveis e Utensílios	9.642,65	9.569,10	20,25%	0,77%
Mat. Cultural e de Comunicação	1.102,35	1.112,87	2,32%	(0,95%)
Veículos	2.160,27	1.384,56	4,54%	56,03%
Bens Móveis em Almoxarifado	3.680,58	1.455,43	7,73%	152,89%
Demais Bens Móveis	296,16	338,18	0,62%	(12,43%)
(-) Depreciação/Amortização Acumulada	(24.068,14)	(19.825,81)	(50,55%)	21,40%
TOTAL	23.544,32	22.300,12	49,45%	5,58%

FONTE: SIAFI 2022

Houve variação na conta de Veículos, em virtude de novas aquisições para modernização da frota, sendo adquiridos, inclusive, veículos híbridos, buscando a sustentabilidade e a redução de custos com combustível.

Houve maior variação na conta de Estoque Interno (Bens Móveis em Almoxarifado), em virtude da aquisição de novos microcomputadores para atualização do parque de informática do Regional, ocorrida próxima ao fim do exercício, motivo pelo qual não houve tempo hábil para configuração e distribuição antes do encerramento das atividades no ano.

Tabela 8: Detalhamento de Bens Móveis

Conta	Descrição	Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor Contábil Líquido
1.2.3.1.1.01.01	5204 - APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	34,19	2,13	32,07
1.2.3.1.1.01.02	5206 - APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	314,49	84,66	229,83
1.2.3.1.1.01.03	5208 - EQUIP. MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS E HOSPITALARES	256,56	60,33	196,23
1.2.3.1.1.01.04	5210 - APARELHOS E EQUIP. P/ ESPORTES E DIVERSOES	14,80	0,00	14,80
1.2.3.1.1.01.05	5224 - EQUIP. DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	776,06	219,24	556,83
1.2.3.1.1.01.07	5230 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	992,94	172,91	820,03
1.2.3.1.1.01.08	5232 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	113,27	23,88	89,39
1.2.3.1.1.01.09	5238 - FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	6,04	1,67	4,37
1.2.3.1.1.01.21	5239 - EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	11,87	3,39	8,48
1.2.3.1.1.01.25	5234 - MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	258,53	97,80	160,73
1.2.3.1.1.02.01	5235 - EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	24.137,53	17.287,60	6.849,93
1.2.3.1.1.02.01	5237 - EQUIPAMENTOS DE TIC - ATIVOS DE REDE	171,90	110,88	61,02
1.2.3.1.1.02.01	5241 - EQUIPAMENTOS DE TIC - COMPUTADORES	1.230,73	353,05	877,68
1.2.3.1.1.02.01	5243 - EQUIPAMENTOS DE TIC - SERVIDORES	2.335,05	1.206,18	1.128,87
1.2.3.1.1.02.01	5245 - EQUIPAMENTOS DE TIC - IMPRESSORAS	76,50	41,31	35,19
1.2.3.1.1.03.01	5212 - APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	2.142,11	671,24	1.470,87
1.2.3.1.1.03.02	5236 - MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	11,66	5,37	6,29
1.2.3.1.1.03.03	5242 - MOBILIÁRIO EM GERAL	7.488,88	2.599,22	4.889,65
1.2.3.1.1.04.05	5233 - EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	1.098,51	428,61	669,90
1.2.3.1.1.04.06	5244 - OBRAS DE ARTE E PECAS PARA MUSEU	3,84	0,00	3,84
1.2.3.1.1.05.01	5248 - VEÍCULOS DIVERSOS	333,60	91,02	242,58
1.2.3.1.1.05.03	5252 - VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	1.826,67	203,55	1.623,12
1.2.3.1.1.99.09	5251 - PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	286,86	126,62	160,23
1.2.3.1.1.99.07	5290 - BENS EM PROCESSO DE LOCALIZAÇÃO	5,77	4,69	1,08
1.2.3.1.1.99.99	5299 - OUTROS BENS MÓVEIS	3,54	0,00	3,54
1.2.3.1.1.08.01	ESTOQUE INTERNO	3.680,58	272,80	3.407,78
P	5212 - APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	96,53	3,06	93,46
P	5232 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	0,69	0,01	0,69
P	5233 - EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	24,06	2,01	22,05
P	5234 - MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	11,89	3,10	8,79
P	5236 - MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	0,72	0,20	0,51
P	5241 - EQUIPAMENTOS DE TIC - COMPUTADORES	2.993,91	89,82	2.904,09
P	5242 - MOBILIÁRIO EM GERAL	552,77	174,59	378,18
	TOTAL	47.612,48	24.068,15	23.544,33

FONTE: SIAFI 2022

Tabela 9: Bens Móveis - Conciliação

Conta Contábil	Desp. Orçam.	Descrição	Saldo Anterior	Entradas	Saídas	Saldo	Dep. Acumul.	VLC
123110101	44905204	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	12,85	23,74	2,39	34,19	2,13	32,07
123110102	44905206	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	323,65	1,42	10,59	314,49	84,66	229,83
123110103	44905208	APAR.EQUIP.UTENS.MED.,O DONT,LABOR.HOSPIT.	281,47	1,85	26,76	256,56	60,33	196,23
123110104	44905210	APARELHOS E EQUIP. P/ ESPORTES E DIVERSOES	0,00	14,80	0,00	14,80	0,00	14,80
123110105	44905224	EQUIP. DE PROTEÇÃO,SEGURANÇA E SOCORRO	746,44	34,02	4,40	776,06	219,24	556,83
123110107	44905230	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	450,26	576,17	33,49	992,94	172,91	820,03
123110108	44905232	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	113,60	6,52	6,15	113,97	23,89	90,08
123110109	44905238	MAQ., FERRAMENTAS E UTENS. PARA OFICINA	20,59	0,00	14,55	6,04	1,67	4,37
123110121	44905239	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	11,87	0,00	0,00	11,87	3,39	8,48
123110125	44905234	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIP. DIVERSOS	287,42	6,08	23,07	270,43	100,90	169,53
123110201	44905235	MATERIAL DE TIC (PERMANENTE)	22.955,51	1.541,54	359,52	24.137,53	17.287,60	6.849,93
123110201	44905237	EQUIPAMENTOS DE TIC - ATIVOS DE REDES	171,90	0,00	0,00	171,90	110,88	61,02
123110201	44905241	EQUIPAMENTOS DE TIC - COMPUTADORES	1.193,34	3.037,30	6,00	4.224,64	442,87	3.781,78
123110201	44905243	EQUIPAMENTOS DE TIC - SERVIDORES/STORAGE	2.335,05	0,00	0,00	2.335,05	1.206,18	1.128,87
123110201	44905245	EQUIPAMENTOS DE TIC - IMPRESSORAS	76,50	0,00	0,00	76,50	41,31	35,19
123110301	44905212	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	2.094,09	279,47	134,92	2.238,64	674,31	1.564,33
123110302	44905236	MÁQUINAS, INST. E UTENS. PARA ESCRITÓRIO	12,76	0,00	0,38	12,38	5,58	6,80
123110303	44905242	MOBILIÁRIO EM GERAL	8.198,07	81,11	237,54	8.041,64	2.773,81	5.267,83
123110405	44905233	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	1.136,32	25,67	39,42	1.122,57	430,62	691,95
123110406	44905244	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA MUSEU	3,84	0,00	0,00	3,84	0,00	3,84
123110501	44905248	VEÍCULOS DIVERSOS	366,89	0,00	33,29	333,60	91,02	242,58
123110503	44905252	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	1.017,67	809,00	0,00	1.826,67	203,55	1.623,12
123119907	44905290	BENS EM PROCESSO DE LOCALIZAÇÃO	45,15	0,62	40,00	5,77	4,69	1,08
123119909	44905251	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	289,11	0,29	2,54	286,86	126,62	160,23
123119999	44905299	OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	3,93	0,00	0,39	3,54	0,00	3,54
TOTAL			42.148,28	6.439,60	975,40	47.612,48	24.068,16	23.544,34

FONTE: SIAFI 2022

Este Regional vêm trabalhando ativamente em seus inventários nos últimos exercícios, o que culminou com grande redução na conta de Bens em Processo de Localização, fruto do saneamento tempestivo das ocorrências e do fortalecimento da cultura de responsabilização pela guarda dos bens nas unidades.

Observa-se que, para as contas de Estoque Interno e Bens em Processo de Localização, ao contrário do que prevêem as normas contábeis, há a incidência de depreciação, em virtude da não possibilidade de interrupção (no caso dos bens em processo de localização) ou supressão (no caso do estoque interno) do cálculo da depreciação mensal no SCMP. Tal situação já foi relatada, porém segue sem solução.

Nota 6.2 - Bens Imóveis

Os bens imóveis do TRT-12 compreendem os bens de uso especial destinados prestação de serviços judiciários, compostos por imóveis comerciais, edifícios, terrenos, armazéns/galpões, além de custos com estudos e projetos de novas unidades e gastos realizados em propriedades de terceiros.

Os imóveis constantes na conta "Bens Imóveis registrados no SpiuNet" são registrados diretamente no Sistema de Patrimônio da União. Os procedimentos de mensuração, atualização, reavaliação e depreciação desses bens obedece a Portaria Conjunta nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Os demais ativos são registrados conforme a Macrofunção 0203444 – Bens Imóveis do Manual SIAFI.

Esta classe de ativos passou por processo de reavaliação nos dois últimos exercícios. Ambas as reavaliações foram realizadas pela empresa G. C. Bernardi da Silva Engenharia e Perícia, CNPJ nº 41.083.335/0001-06, contratada por meio de PROAD-7116/2021, compreendendo o período entre dezembro/2021 e abril/2022.

A metodologia para estimativa do valor justo destes seguiu a Norma Técnica ABNT NBR 14653-1 - Avaliação de bens e NBR 14653-2 - Avaliação de Imóveis Urbanos.

Além disso, utilizou-se o método comparativo direto de dados de mercado, tendo como principais atributos considerados nas amostras e no modelo de avaliação: localização, área do terreno, área construída, idade, conservação, acessos, vagas disponíveis, dentre outros. Os valores obtidos foram calculados utilizando-se o modelo de regressão linear através de *software* apropriado para este fim.

No exercício de 2022 o processo de reavaliação gerou um aumento patrimonial líquido no montante de R\$ 23.802.029,27. Já no exercício de 2021, os trabalhos da perícia

resultaram em um aumento patrimonial no valor de R\$ 97.165.134,42, dos quais R\$ 92.408.661,17 foram lançados no próprio exercício, enquanto que R\$ 4.756.473,25, referente a reavaliação dos terrenos do órgão foram lançados apenas em 2022.

Na tabela abaixo é apresentada a conciliação dos bens imóveis nos últimos dois exercícios:

Tabela 10: Conciliação de Bens Imóveis

BENS IMÓVEIS	Bens Imóveis Reg. Spiunet	Bens Imóveis Não Reg. SpiuNet	Bens Imoveis em Andamento	Instalações	Benfeitorias em Prop. Terceiros
Saldo inicial em 2021	137.538,51	296,01	10,62	118,62	-
Reclassificação de bens imóveis	295,46	(176,84)	-	(118,62)	-
Reavaliação de bens imóveis	92.408,66	-	-	-	-
Saldo Final em 2021	230.242,63	119,17	10,62	0,00	0,00
Reclassificação de bens imóveis	-	(119,17)	-	-	119,17
Aquisições	-	-	12,74	-	-
Reavaliação imóveis (terrenos) 2021	4.756,47	-	-	-	-
Reavaliação de bens imóveis	23.802,03	-	-	-	-
Saldo Final em 2022	258.801,13	-	23,36	-	119,17

FONTE: SIAFI 2022

Cumpra alertar que na conta “Bens Imóveis Registrados no SPIUNet” há uma desconformidade entre o sistema SPIUNet e a NBC TSP 07 - Ativo Imobilizado (item 74), pois o atual sistema não segrega os bens imóveis em terrenos e edificações. No entanto os procedimentos de depreciação não são influenciados pela não separação destes ativos.

Diante disso apresentada-se a conta “Bens Imóveis Registrados no SPIUNet” conforme preceitua a citada norma:

Tabela 11: Bens Imóveis Registrados no SPIUNet conforme NBC TSP 07

BENS IMÓVEIS	Terrenos	Edificações	Total
1.2.3.2.1.01.01 - Imóveis Residenciais/Comerciais	1.182,33	1.978,02	3.160,35
1.2.3.2.1.01.02- Edifícios	53.358,26	183.357,05	236.715,31
1.2.3.2.1.01.03 - Terrenos/Glebas	7.830,00	0,00	7.830,00
1.2.3.2.1.01.04 - Imóveis Residenciais/Comerciais	4.712,77	6.382,69	11.095,47
Total	67.083,36	191.717,76	258.801,13

FONTE: SPIUNET 2022

Outra inconsistência da rotina de reavaliação de bens imóveis está na impossibilidade de baixa da depreciação acumulada e consequente apuração do valor líquido contábil, conforme item 5.1.2 da Macrofunção 02.03.35 - Reavaliação e Redução do Valor Recuperável. Como os procedimentos de reavaliação são entregues próximo ao final do exercício, a baixa destes valores pela SPU é realizada em exercício posterior.

Nota 7 - Ativo Intangível

Os bens intangíveis deste Regional apresentaram saldo, em 31/12/2022, de R\$ 9.476.932,75, tratando-se exclusivamente de softwares, segregados entre softwares com vida útil definida e indefinida.

Tabela 12: Classificação de Ativos Intangíveis

Softwares	2022	2021
1.2.4.1.1.01.01 - Softwares com Vida Útil Definida	723,73	761,18
1.2.4.8.1.01.00 - Amortização Acumulada	(198,44)	(0,68)
1.2.4.1.1.02.01 - Softwares com Vida Útil Indefinida	8.951,64	5.267,05
Total	9.476,93	6.027,55

FONTE: SIAFI 2022

Os softwares com vida útil definida são aqueles que não possuem suporte ativo para demandas específicas e atualizações, bem como aqueles definidos como de “prateleira”, considerados assim aqueles desenvolvidos em larga escala, que seguem um determinado padrão e estão disponíveis para compra e uso imediato.

Tabela 13: Relação Ativos Intangíveis de Vida Útil Definida

Inscrição Genérica	Descrição	Valor Avaliação	Reserva Reaval.	Amort. Acumulada	Valor Líquido Contábil	Reserva Reaval. a realizar
ISTRSC015	LICENÇA DE SOFTWARE PARA SEGURANCA	97,48	0,00	48,74	48,74	0,00
ISTRSC021	LICENÇA DE VMWARE VSPHERE ENTERPRISE	13,87	0,00	13,87	0,00	0,00
ISTRSC024	LICENÇA DE VMWARE VSPHERE ENTERPRISE	83,21	0,00	41,61	41,61	0,00
ISTRSC033	LICENÇA DE SISTEMA DE VIRTUALIZACAO	145,42	10,52	36,36	109,07	0,00
ISTRSC042	LICENÇA DE SOFTWARE PARA SEGURANCA	23,36	0,00	5,84	17,52	0,00
ISTR12015	LICENÇAS DE USO SOFTWARE ATLISSIAN	314,25	21,26	34,92	279,33	0,00
ISTR12016	AQUISIÇÃO DE SOFTWARE SMART DISPATCH HYTERA	10,17	0,00	5,08	5,08	0,00
ISTR12017	LICENÇAS DE SOFTWARE SMARTGIT	20,89	12,97	6,96	13,93	6,01
ISTR12018	LICENÇAS DO SOFTWARE MICROSOFT OFFICE	3,64	0,00	1,82	1,82	0,00
ISTR12021	LICENÇAS APLICATIVO CORELDRAW GRAPHICS	3,07	0,00	1,02	2,05	0,00
ISTR12025	VIEWTRACKER-ANALYTICS FOR CONFLUENCE	1,54	0,04	0,17	1,37	0,00
ISTR12027	LICENÇAS DO SOFTWARE MICROSOFT OFFICE	3,83	0,00	1,15	2,68	0,00
ISTR12028	LICENÇAS DO SOFTWARE PDF ELEMENT	3,00	0,00	0,90	2,10	0,00
TOTAL		723,73	44,79	198,44	525,3	6,01

FONTE: SIAFI 2022

Por sua vez, os softwares com vida útil indefinida são aqueles para os quais há suporte ativo para atualizações e demandas específicas do Regional, mantendo-se atualizados para a versão mais atual disponível no mercado.

Tabela 14: Relação Ativos Intangíveis de Vida Útil Indefinida

Inscrição Genérica	Descrição	Valor Avaliação	Reserva Reaval.	Reserva Reavaliação a realizar
ISTR12004	LICENÇA DE VMWARE VSPHERE ENTERPRISE	485,40	174,86	174,86
ISTR12005	SOFTWARE DE BACKUP IBM TIVOLI STORAGE	22,57	0,00	0,00
ISTR12009	LICENÇAS DE USO SOFTWARE AXIOS	269,50	96,50	96,50
ISTR12020	LICENÇA DE SOFTWARE VMWARE VCENTER SERVER	68,02	15,38	15,38
ISTR12029	LICENÇA DE USO - UZTECH	461,60	0,00	0,00
ISTR12030	VULNERABILIDADE - GERENCIAMENTO	2.484,50	0,00	0,00
ISTR12031	AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO DE SEGURANÇA	613,41	0,00	0,00
ISTR12032	LICENÇA SOFTWARE DE BACKUP	97,20	0,00	0,00
ISTRSC029	AQUISICAO DE SOLUCAO DE GERENCIAMENTO	33,00	0,00	0,00
ISTRSC030	LICENÇA DE SOFTWARE - INGRAM	3.589,04	2.752,77	2.752,77
ISTRSC032	LICENÇA DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO	822,09	235,64	235,64
ISTRSC046	LICENÇA DE USO - UZTECH	5,31	0,00	0,00
	TOTAL	8.951,64	3.275,15	3.275,15

FONTE: SIAFI 2022

Com relação aos ativos intangíveis desenvolvidos internamente, estes não estão reconhecidos nos demonstrativos contábeis devido à impossibilidade de mensuração segura do custo de produção do ativo, tendo em vista a ausência de Ação de Governo específica e de sistema de custo estruturado para esta finalidade, além da dificuldade na alocação dos custos com pessoal, conforme Nota Técnica SEOFI.CSJT Nº 1/2022.

Diante disso, a Justiça do Trabalho não possui informações suficientes para mensuração adequada dos custos de softwares gerados internamente.

Dentre os softwares enquadrados nesta definição estão o *PROAD-OUV*, *SAF* e *DEJT*.

Nota 8 - Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar de Curto Prazo

Compreende os valores relacionados a salários ou remunerações, assim como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Dos valores devidos a curto prazo registrados, as Contas Férias a Pagar, Licença Prêmio a Pagar e Obrigações Trabalhistas a Pagar representam aproximadamente 90% dos valores devidos, conforme informação abaixo.

Tabela 15: Detalhamento de Obrigações a Pagar

Obrigações a Pagar	2022	2021	AH (%)	% do grupo
2.1.1.1.1.01.01 - Salários, Remunerações e Benefícios	439,06	80,04	448,54%	1,27%
2.1.1.1.1.01.03 - Férias a Pagar	10.107,15	14.931,52	-32,31%	29,16%
2.1.1.1.1.01.04 - Licença Prêmio	6.258,65	-	-	18,06%
2.1.1.1.1.04.00 - Obrigações Trabalhistas a Pagar	14.229,56	2.259,57	529,75%	41,06%
2.1.1.4.1.03.02 - Contribuição a entidades de Previdência Complementar	112,66	-	-	0,33%
2.1.1.4.2.01.01 - INSS - Contr. sobre salários e remunerações	3,51	-	-	0,01%
2.1.1.4.2.01.03 - INSS - Contr. sobre serviços de terceiros	131,66	0,18	74081,82%	0,38%
2.1.1.4.2.13.00 - PSSS - Contr. sobre vencimentos e vantagens	1.962,84	3,32	59043,48%	5,66%
2.1.1.4.2.98.00 - Outros encargos sociais	1.412,44	25,42	5455,38%	4,08%
TOTAL	34.657,52	17.300,04	100,33%	100,00%

FONTE: SIAFI 2022

A conta Férias a Pagar é apropriada conforme Macrofunção SIAFI 02.11.42 - Folha de Pagamento, e sua apuração visa que não haja saldo de adiantamentos e de passivos de férias superavaliados.

Já conta Obrigações Trabalhistas a Pagar correspondem ao reconhecimento de despesas de exercícios anteriores - passivos - a magistrados e servidores no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau, reconhecidos conforme Art. 5º da Resolução CSJT nº 137/2014. Tais passivos são reconhecidos conforme orientações da Nota Técnica SEOFI.CSJT nº 1/2019.

As adições dessa conta referem-se a reconhecimento de dívidas por decisões administrativas, por atualizações monetárias e incidência de juros. Neste exercício, a

incidência de juros foi reestabelecida por meio da Resolução CSJT nº 343 de 26 de agosto de 2022, tendo a administração procedido ao ajuste dos valores dos passivos. Já as reduções correspondem ao pagamento da dívida ou ajustes relacionados a exercícios anteriores.

Por sua relevância no período, apresenta-se abaixo a movimentação de saldo desta conta no último exercício:

Tabela 16: Conciliação de Obrigações Trabalhistas a Pagar

Classe	Tipo de Passivo	Saldo Inicial em 2022	Adições	Pagamentos	Baixas	Saldo Final em 2022
Classistas	DIFPRP	127,19	78,87	(63,15)	(3,58)	139,32
	PAEAUX	53,10	3.412,00	(1.488,14)		1.976,96
Magistrados	AALIME		4.811,13	(4.593,03)		218,11
	ABPERM		12,61			12,61
	DIFPRP		229,48	(69,92)		159,56
	GRECJU	1.794,81	4.009,02	(5.010,74)		793,09
	OUTROS		53,75			53,75
	PAEAUX		30.166,94	(24.222,56)		5.944,37
Servidor	AALIME		22,81	(22,81)		0,00
	ABPERM		870,97	(755,26)		115,71
	ATSERV		42,89			42,89
	DIFPRP		1.118,92	(1.001,49)		117,44
	INATQD	41,62	1.234,75			1.276,37
	LICPIN		498,19			498,19
	OUTROS		107,88			107,88
	PPLACA	0,09	43,69			43,78
	URVALR	242,75	2.505,95	(5,53)	(13,64)	2.729,53
TOTAL		2.259,57	49.219,83	(37.232,63)	(17,21)	14.229,56

FONTE: SIAFI 2022

LEGENDA:

AALIME - Auxílio Alimentação
 ABPERM - Abono de Permanência
 ATSERV - Adicional por Tempo de Serviço
 DIFPRP - Diferença de Proventos e Pensões
 GRECJU - Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição GECJ
 INATQD - VPNI - Incorporações/atualizações de quintos/décimos
 LICPIN - Licença Prêmio Indenizada
 OUTROS - Outros
 PAEAUX - PAE - Parcela Autônoma de Equivalência (Auxílio Moradia)
 PPLACA - Passivo de Plano de Carreira

Além dos valores pagos durante o exercício, foi inscrito em restos a pagar o montante de R\$ 3.540.760,84 para pagamento no decorrer do próximo exercício, da seguinte forma:

Tabela 17: Passivos inscritos em Restos a Pagar

Classe	Tipo de Passivo	2022	Variação (%)
Classista	PAEUX	258,17	7,29%
Magistrados	AALIME	101,35	2,86%
	PAEUX	3.181,25	89,85%
TOTAL		3.540,76	100,00%

FONTE: SIAFI 2022

Nota 9 - Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, assim como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, inclusive precatório decorrente dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Estes valores correspondem a serviços de terceiros reconhecidos e não pagos até o encerramento do exercício.

Nota 10 - Demais Reservas

Este subgrupo compreende a contrapartida de acréscimos de valor atribuídos a elemento do ativo, apurados pela diferença entre o valor do laudo e o valor anterior (custo original mais eventuais reavaliações anteriores) nos casos permitidos pela legislação vigente.

Nos dois últimos exercícios os bens imóveis passaram por processo de reavaliação, e conforme o MCASP 9ª edição, a partir de 2021 não é mais admitido o reconhecimento facultativo dos aumentos e diminuições relativas a reavaliação de seus ativos diretamente no resultado do exercício.

No entanto, a citada rotina do SPIUNet - SIAFI ainda reconhece o resultado das reavaliações em contas de resultado, e não em contas de reserva de reavaliação (PL), o que subavaliou esta conta em R\$ 23.802.029,27 referente a reavaliação de 2022 e R\$ 97.165.134,42 referente ao mesmo processo em 2021.

Em questionamento a SPU, o novo sistema de controle de bens imóveis, chamado SPUNet, que contemplará a rotina de reserva de reavaliação, tem prazo de conclusão estimado para o final de 2023, estando tal rotina desconforme até a operacionalização do novo sistema.

Nota 11 - Ajustes de Exercícios Anteriores

Este item do patrimônio líquido decorre do reconhecimento de efeitos da mudança de política contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, segundo o MCASP.

Em 2022 esta conta apresentou saldo devedor de R\$ 9.315.563,61, sendo subdivididos conforme abaixo:

Tabela 18: Detalhamento de Ajustes de Exercícios Anteriores

Obrigações a Pagar	2022
Reconhecimento de Passivos	(8.905,05)
Ajuste de Férias a Pagar	3.837,67
Baixa Depreciação - Reavaliação 2021	1.125,87
Reconhecimento de Licença Prêmio	(6.623,66)
Reconhecimento de Créditos a Receber	1.155,06
Outros	94,55
TOTAL	(9.315,56)

FONTE: SIAFI 2022

Do montante de reconhecimento de passivos, R\$ 4.359.490,46, referente ao reconhecimento de juros e correção monetária de Auxílio Alimentação de magistrados (AALIME) decorrente da Resolução CSJT nº 343 de 26 de agosto de 2022, que deveriam ser registrados em contas de Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), em conformidade do item 4.8.2 da Macrofunção 02.11.41 - Ajustes de Exercícios Anteriores, mas foram reconhecidos incorretamente como Ajustes de Exercícios Anteriores em função de erro na informação e confecção de processo administrativo.

Nota 12 - Variações Patrimoniais Aumentativas

Pelo fato do TRT-12 ser uma Unidade Gestora, as VPA compreendem em sua maior parte as transferências recebidas pelo CSJT por meio de sub-repasses recebidos. Essas transferências representaram um pouco mais de 90% do total das variações aumentativas no exercício. Já no exercício anterior, esse percentual foi superior a 85%.

Outro ponto de destaque nas VPA refere-se ao Ganho c/ Ativos e Desincorporação de Passivos (12,20% do total), resultado do procedimento de reavaliação dos imóveis do tribunal, conforme mencionado na Nota 6.2.

Tabela 19: Detalhamento VPA

Variações Patrimoniais Aumentativas	2022	2021	AV (%) 2022	AH (%)
Impostos e Taxas	25.483,76	21.939,98	2,60%	16,15%
Exploração e Venda de Serviços	3.801,52	154,58	0,39%	2.359,19%
VPA Financeira	67,17	87,91	0,01%	-23,59%
Transferências Recebidas	898.539,10	794.724,80	91,68%	13,06%
Ganho c/ Ativos e Desinc. Passivos	48.053,10	113.873,18	4,90%	-57,80%
Outras VPA	4.169,10	2.790,18	0,43%	49,42%
TOTAL	980.113,76	933.570,63	100,00%	4,99%

FONTE: SIAFI 2022

Nota 12.1 - Exploração e Venda de Serviços

Este item da DVP registra os valores as taxas de uso de imóveis pelas instituições financeiras, bem como a receita de remuneração de depósitos judiciais, celebrado de forma centralizada pelo CSJT.

O aumento entre os exercícios refere-se ao maior montante repassado pelo CSJT da receita de depósitos judiciais.

Nota 12.2 - Transferências e Delegações Recebidas

Quase a totalidade de recursos da UG advém de sub-repasses realizados pelo órgão setorial da Justiça do Trabalho, conforme demonstrado abaixo.

Tabela 20: Detalhamento Transferências e Delegações Recebidas

Variações Patrimoniais Aumentativas		2022	2021	AV (%) 2022	AH (%)
Transferências Intragovernamentais	Sub-Repasse Recebido	896.126,37	789.794,77	99,73%	13,46%
	Demais Transferências Recebidas	818,83	731,67	0,09%	11,91%
	Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.593,90	808,32	0,18%	97,19%
Transferências Intergovernamentais	Transferências Voluntárias	0,00	3.390,03	0,00%	-100,00%
TOTAL		898.539,10	794.724,80	100,00%	13,06%

FONTE: SIAFI 2022

A variação de sub-repasse recebido entre os últimos exercícios é resultado da aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme estabelecido pela Emenda Constitucional 95/2016, que trata do teto de gastos do Governo Federal. Além disso, foram suplementados recursos para pagamento de passivos administrativos e também liberados créditos orçamentários e financeiros relacionados às demandas do tribunal inscritas no Plano de Distribuição para Ações Prioritárias - PDRAP.

Nota 12.3 - Valorização e Ganhos com Ativo e Desincorporação de Passivos

Já este grupo de receitas está relacionado com a reavaliação dos bens imóveis do órgão, ocorridas nos dois últimos exercícios. Entretanto estas receitas estão em desconformidade com o MCASP e a NBC TSP 07 - Ativo Imobilizado, superavaliando este item da Demonstração das Variações Patrimoniais. Para maiores esclarecimentos, observar a NOTA 10.

Nota 13 - Variações Patrimoniais Diminutivas

As variações patrimoniais diminutivas são relacionadas a gastos com pessoal ativo e inativo, correspondendo a mais de 88% do total das variações. A tabela abaixo demonstra a contribuição que cada gasto corresponde do total, bem como sua variação entre os exercícios.

Tabela 21: Detalhamento VPD

Variações Patrimoniais Diminutivas	2022	2021	AV (%) 2022	AH (%)
Pessoal e Encargos	529.881,82	490.988,32	56,52%	7,92%
Benefícios Previdenciários	285.592,58	268.791,27	30,46%	6,25%
Uso de Bens, Serviços e Cons. Capital Fixo	39.370,12	32.378,55	4,20%	21,59%
VPD Financeiras	9.730,08	300,04	1,04%	3.142,93%
Transf. E Delegações Concedidas	32.645,49	27.302,27	3,48%	19,57%
Perda c/ Ativos e Inc. Passivos	37.498,48	29.371,02	4,00%	27,67%
Tributárias	1.105,19	812,32	0,12%	36,05%
Outras VPD	1.713,49	649,88	0,18%	163,66%
TOTAL	937.537,24	850.593,67	100,00%	10,22%

FONTE: SIAFI 2022

Nota 13.1 - Pessoal e Encargos

Neste item constam gastos relacionados com a remuneração de pessoal ativo, como vencimentos e salários, abonos, adicionais, gratificações, férias e gratificação natalina; os “Encargos Patronais” incluem as contribuições previdenciárias e a entidades fechadas de previdência complementar.

Neste item foram registradas atualizações de passivos administrativos de PAE no montante de R\$ 30.935.518,38. No entanto, do montante registrado, R\$ 22.713.615,93 eram referentes a passivos de pessoal inativo e pensionista, gerando uma distorção qualitativa a maior em “Pessoal e Encargos” e a menor em “Benefícios Previdenciários e Assistenciais” no montante informado.

Nota 13.2 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Aqui estão compreendidos gastos com aposentadorias e pensões civis, além de gastos com auxílio funeral, natalidade e assistência a saúde. Assim como apontado no item 13.1,

houve distorção qualitativa no montante de R\$ 22.713.615,93 devido a registro de valores de inativos e pensionistas em contas do grupo “Pessoal e Encargos”.

Nota 13.3 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital

Este grupo compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas de pessoal e encargos. Dentre as despesas que compõem o grupo estão diárias, material de consumo, material de distribuição gratuita, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros, alugueis, despesas com depreciação, amortização e exaustão, entre outras.

O consumo de serviços aumentou aproximadamente 30% entre os exercícios devido ao retorno ao trabalho presencial dos magistrados e servidores ocorridos durante 2021, que anteriormente fora feito de forma remota devido a COVID-19.

Nota 13.4 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

No item Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável e Ajuste para Perdas está relacionado com a reavaliação dos bens imóveis do órgão, ocorridas nos dois últimos exercícios. Entretanto estas despesas estão em desconformidade com o MCASP e a NBC TSP 07 - Ativo Imobilizado, superavaliando este item da Demonstração das Variações Patrimoniais. Para maiores esclarecimentos, observar a NOTA 10.

Nota 14 - Execução Orçamentária

O TRT da 12ª Região integra o Orçamento Geral da União por meio da Unidade Orçamentária 15113. Os valores constante neste demonstrativo considera a execução orçamentária conforme disposto na Lei nº 14.303/2022 - Lei Orçamentária Anual (LOA), que contempla o período de 01/01/2022 a 31/12/2022.

As despesas orçamentárias são representadas conforme art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Já o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais são produzidas considerando os gastos e recebimentos quando do fato gerador, os valores nesses demonstrativos podem apresentar diferenças.

Além disso, o saldo da dotação atualizada compreende as despesas orçamentárias originárias, enquanto que o valor empenhado abrange, além das despesas originárias, os empenhos resultantes de descentralizações de crédito (interno e externo), apresentando déficit orçamentário. Por este motivo os valores empenhados são superiores ao montante atualizado da dotação em 2022. No entanto, segundo o MCASP, este fato não apresenta irregularidade, sendo regularizado no procedimento de consolidação das demonstrações contábeis da Justiça do Trabalho.

Nota 14.1 - Dotação Atualizada

Na tabela abaixo é apresentado o detalhamento da dotação atualizada por programa orçamentário no exercício de 2022. Os valores por programa são detalhados até o elemento da despesa, e em alguns casos até modalidade de aplicação.

Os créditos adicionais foram realizados mediante suplementação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho para pagamento de passivos administrativos, férias de magistrados e servidores solicitadas para 2023, adiantamento de vale alimentação referente 01/2023 e encargos patronais.

Tabela 22: Detalhamento Dotação Inicial por Programa Orçamentário

Programas Orçamentários	Dotação Inicial	Créditos Adicionais	Dotação Atualizada	AV (%)
02.122.0033.20TP.0042 - Ativos Cíveis da União	402.221,44	20.334,37	422.555,80	47,67%
02.846.0033.09HB.0042 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	76.353,02	1.061,62	77.414,64	8,73%
09.272.0033.0181.0042 - Aposentadorias e Pensões Cíveis da União	260.468,93	19.921,50	280.390,43	31,63%
28.846.0909.0086.0042 - Benefício Especial e Demais Complementações de Aposentadorias	150,00	0,00	150,00	0,02%
TOTAL - Pessoal e Encargos Sociais	739.193,38	41.317,49	780.510,87	88,05%
02.301.0033.2004.0042 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	25.829,62	4.475,83	30.305,46	3,42%
02.301.0033.4256.0001 - Benefícios Obrigatórios aos Servidores	19.442,62	7.241,92	26.684,54	3,01%
02.061.0033.4224.0042 - Assistência Judiciária a Pessoas Carentes	5.000,00	(100,00)	4.900,00	0,55%
02.122.0033.216H.0042 - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos	200,00	(200,00)	0,00	0,00%
02.122.0033.4256.0042 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	33.291,81	304,25	33.596,06	3,79%
02.131.0033.219I.0042 - Publicidade Institucional e de Utilidade Pública	126,75	12,69	139,44	0,02%
TOTAL - Outras Despesas Correntes	83.890,80	11.734,69	95.625,49	10,79%
02.122.0033.4256.0042 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	5.437,87	4.909,01	10.346,87	1,17%
02.131.0033.219I.0042 - Publicidade Institucional e de Utilidade Pública	0,30	0,00	0,30	0,00%
TOTAL - Investimentos	5.438,17	4.909,01	10.347,17	1,17%
TOTAL GERAL	828.522,34	57.961,19	886.483,53	100,00%

FONTE: SIGEO 2022

Além das suplementações de créditos, o Tribunal Superior do Trabalho descentralizou recursos para aplicação nos Programas Trabalho Seguro e de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo a Aprendizagem, ao Programa de Formação e Aperfeiçoamento de

Magistrados e no Programa de Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação - Nacional, para a aquisição de softwares e suas manutenções.

Nota 14.2 - GND1 - Pessoal e Encargos Sociais

Abaixo é apresentado os valores empenhados de orçamento originário, bem como aqueles empenhos resultantes de descentralização de créditos.

Tabela 13: Detalhamento Pessoal e Encargos Sociais

Grupo de Despesa	2022	2021	AH (%)	AV (%)	Varição Absoluta
Pessoal e Encargos Sociais (1+1*)	790.893,82	732.169,03	8,02%	102,09%	58.724,79
1 - Orçamento Originário	774.723,88	729.696,84	6,17%	100,00%	45.027,04
1.1 - Venc. E Vantagens Fixas	396.421,97	389.927,83	1,67%	51,17%	6.494,14
1.2 - Aposentadorias RPPS	228.058,43	229.388,68	-0,58%	29,44%	-1.330,25
1.3 - Obrigações Patronais	72.739,50	72.762,76	-0,03%	9,39%	-23,26
1.4 - Demais elementos	77.503,99	37.617,57	106,03%	10,00%	39.886,42
1* - Sentenças Judiciais (Descentralização)	16.169,93	2.472,19	554,07%	2,09%	13.697,74

FONTE: SIGEO 2022

As despesas orçamentárias originárias da unidade são aquelas relacionadas a pessoal ativo, inativo e pensionistas, relativas a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas ou variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, conforme estabelece o caput do art. 18 da Lei Complementar no 101, de 2000, enquanto que os créditos recebidos por movimentação são utilizados para pagamento de sentenças judiciais.

Dentre os dados apresentados, o aumento do item “Demais Elementos” refere-se ao pagamento dos passivos administrativos neste exercício, conforme demonstrado na NOTA 8.

Nota 14.3 - GND3 - Outras Despesas Correntes

São despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio- transporte, além de outras despesas da

categoria econômica “Despesas Correntes” que não são classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.

Tabela 14: Detalhamento Outras Despesas Correntes

Grupo de Despesa	2022	2021	AH (%)	AV (%)	Varição Absoluta
Outras Despesas Correntes	93.496,32	58.664,03	59,38%	100,41%	34.832,29
3 - Originários da Unidade	93.118,00	58.580,87	58,96%	100,00%	34.537,13
3.1 - Indenizações	27.639,54	12.651,75	118,46%	29,68%	14.987,79
3.2 - Auxílio Alimentação	19.003,75	16.700,38	13,79%	20,41%	2.303,37
3.3 - Serviços PJ	16.276,01	10.344,54	57,34%	17,48%	5.931,47
3.4 - Demais elementos	30.198,70	18.884,20	59,92%	32,43%	11.314,50
3* - Descentralização	378,32	83,16	354,94%	0,41%	295,16
Serviços de Informática	307,30	46,72	557,75%	0,33%	260,58
Locação Bens Móveis Outras natureza e Intangíveis	51,08	0,00	-	0,05%	51,08
Serviços Pessoa Jurídica	16,58	20,16	-17,78%	0,02%	-3,59
Demais elementos	3,37	16,28	-79,32%	0,00%	-12,91

FONTE: SIGEO 2022

O acréscimo do item 3.1 da tabela acima refere-se a ao reajuste na LOA dos valores do auxílio saúde de magistrados e servidores, que possuía o mesmo valor per capita desde 2015, em índice utilizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) somado ao Ato CSJT.GP.ASSJUR nº 110/2022, que fixou outro reajuste, com efeitos financeiros retroativos a 01/07/2022. Já as demais variações (exceto descentralizações de crédito) estão relacionadas com o completo retorno das atividades judiciárias presenciais, requerendo aumento dos serviços que dão suporte ao tribunal.

Nota 14.4 - GND4 - Investimentos

Este agregador contém despesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

Tabela 23: Detalhamento Investimentos

Grupo de Despesa	2022	2021	AH (%)	AV (%)	Varição Absoluta
4 - Investimentos	9.955,24	1.559,32	538,44%	100,00%	8.395,92
4 - Originários da Unidade	9.560,24	1.559,32	513,10%	96,03%	8.000,92
4.1 - Equipamentos e Materiais Permanentes	6285,80	1.552,49	304,88%	63,14%	4.733,31
4.2 - Aquisição de softwares	3261,71	6,83	47.655,59%	32,76%	3.254,88
4.3 - Obras e Instalações	12,74	0,00	-	0,13%	12,74
4* Descentralização	395,00	0,00	-	3,97%	395,00
Aquisição de softwares	395,00	0,00	-	3,97%	395,00

FONTE: SIGEO 2022

Em 2022 os investimentos do tribunal tiveram substancial aumento em comparação ao exercício anterior. Dos valores empenhados em 2022 para aquisição de equipamentos e materiais, três milhões foram para aquisição de microcomputadores, além de outras aquisições de informática. Outros valores relevantes empenhados foram de R\$ 546.000,00 para aquisição de veículos automotores.

Nota 14.5 - Execução de Restos a Pagar

Os restos a pagar são as despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro, estando sua execução condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes, com base na legislação vigente.

O órgão iniciou o período com estoque de R\$ 3.859.604,35, sendo R\$ 80.580,42 de valores inscritos anteriores a 2021 e R\$ R\$ 3.779.023,93 inscritos em 2021. Os percentuais de pagamento, cancelamento e o saldo reinscrito em 2022 são informados abaixo.

O cancelamento de Restos a Pagar Não Processados é feito em conformidade com o § 6o do art. 68 do Decreto 93.872, de 1986 ou diretamente pelo órgão, mediante a não implementação de condições por parte dos fornecedores.



Nota 15 - Resultado Financeiro

Tabela 24: Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO	2022	2021	AH (%)
Receitas Orçamentárias (I)	0,00	0,00	-
Despesas Orçamentárias (II)	894.345,38	792.392,37	12,87%
Resultado Orçamentário (III=I-II)	-894.345,38	-792.392,37	12,87%
Transf. Financeiras Recebidas (IV)	898.539,10	791.334,77	13,55%
Transf. Financeiras Concedidas (V)	32.451,42	27.218,93	19,22%
Resultado das Transferências (VI=IV-V)	866.087,68	764.115,84	13,35%
Recebimentos Extraorçamentários (VII)	43.780,20	32.324,90	35,44%
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	3.475,02	4.308,83	-19,35%
Resultado Extraorçamentário (IX=VII-VIII)	40.305,18	28.016,07	43,86%
Resultado Financeiro (X=III+VI+IX)	12.047,47	-260,46	-4.725,46%
Saldo Exercício Seguinte	21.012,52	8.965,05	134,38%
Saldo Exercício Anterior	8.965,05	9.225,51	-2,82%
Resultado Financeiro	12.047,47	-260,46	-4.725,46%

FONTE: SIAFI 2022

Verifica-se pelo Balanço Financeiro a inexistência de receitas orçamentárias. Isto acontece pelo fato do TRT-12 não ser agente arrecadador originário, sendo que os recursos que custeiam as atividades do órgão advêm de repasses da Setorial Financeira do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

O valor das despesas orçamentárias correspondem ao total empenhado, inclusive as despesas realizadas mediante descentralização de recursos.

Nota 15.1 - Inscrição de Restos a Pagar

Os valores inscritos em restos a pagar são incluídos em Recebimentos Extraorçamentários no Balanço Financeiro, conforme Parágrafo Único do Art. 103 da Lei 4.320/1964. Quando realizados, os valores são incluídos em Pagamentos Extraorçamentários no mesmo demonstrativo.

No último exercício houve um aumento dos valores inscritos em restos a pagar em comparação ao exercício anterior.

Tabela 25: Inscrição de Restos a Pagar por Grupo de Despesa

Grupo de Natureza da Despesa	2022	2021	AV (%)	AH (%)
Pessoal e Encargos a Pagar	3.452,41	205,11	33,48%	1.583,22%
Outras Despesas Correntes	6.497,90	3.007,79	63,01%	116,04%
Investimentos	361,84	566,12	3,51%	-36,09%
TOTAL	10.312,15	3.779,02	100,00%	172,88%

FONTE: SIAFI 2022

Nos últimos dias do exercício foi pago um elevado montante de passivos administrativos, no entanto, por dificuldades operacionais no sistema de elaboração das folhas de pagamento, não foi possível pagá-las dentro do exercício. Diante disso foi inscrito o valor de R\$ 3.553.760,84.

Do valor de passivos administrativos inscritos em restos a pagar informado acima, o montante constante na Inscrição Genérica AALIME (tabela 17) refere-se a natureza da despesa “Outras Despesas Correntes” e R\$ 13.000,00 refere-se a encargos patronais sobre estas dívidas, estando registradas na conta 2.1.1.4.2.98.00 - Outros Encargos Sociais (tabela 15).

Já o aumento na inscrição de restos a pagar das “Outras Despesas Correntes” tiveram motivos diversos, como atraso na definição de objetivos e prioridades para o ano corrente, e problemas em processos licitatórios, que culminaram numa eficiência menor que os exercícios anteriores.

Nota 16 - Fluxo de Caixa Operacional e de Investimentos

A Demonstração dos Fluxos de Caixa apresenta os ingressos e saídas de caixa do período, classificando-os em fluxos de atividades operacionais, de financiamento e investimento, permitindo assim a avaliação da forma como a entidade obtém recursos para financiamento de suas atividades, bem como estes foram utilizados. O caixa do órgão é composto apenas pelo limite de saque com vinculação de pagamento, conforme detalhada na Nota 1. Os ingressos operacionais são compostos em sua quase totalidade por Transferências Financeiras, pelo TRT12 ser uma Unidade Gestora da Justiça do Trabalho, não apresentando arrecadação de tributos. Os desembolsos operacionais, estes são classificados por função, buscando responder em qual área de ação governamental a despesa foi realizada. Sob a função "Judiciário" estão os desembolsos com pessoal ativo, além dos demais gastos para manter o funcionamento do órgão. A função "Previdência Social" corresponde os desembolsos a pessoal inativo e pensionistas. Por fim, os "Encargos Sociais" engloba despesas as quais não se pode um bem ou serviço ser gerado no processo produtivo corrente, representando uma agregação neutra. No TRT-12, esta função é representada por indenizações relacionadas a precatórios e requisições de pequeno valor.

Já as atividades de investimentos correspondem a desembolsos com aquisição de ativos de longo prazo não incluídos em equivalentes de caixa.

Neste último exercício fora observado um aumento nas disponibilidades de caixa devido a uma menor execução do orçamento com relação ao exercício anterior, conforme apontamento na Nota 15.1.

Outras Informações

Este tópico abrange as situações que não impactam as demonstrações contábeis do exercício, mas que podem impactar futuramente. Pela relevância de seus valores são explicitadas abaixo.

Ativo Contingente

Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados, e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não completamente sob o controle da entidade.

O registro dos ativos contingentes referem-se ao item 9.5 do Acórdão 2306/2013-TCU-Plenário, que determinou o ressarcimento de valores indevidamente pagos à parcela autônoma de equivalência (PAE), à unidade real de valor (URV) e ao adicional por tempo de serviço (ATS), nos montantes abaixo:

Tabela 26: Registro de Ativos Contingentes

Ativo Contingente Previsto	2022
Magistrado URVALR	3.497,00
Servidor ATSERV	209,86
Servidor URVALR	23.663,75
TOTAL	23.873,61

FONTE: SIAFI 2022

A administração ainda não iniciou o processo de cobrança dos valores junto a magistrados e servidores, pois haviam recursos administrativos pendentes de análise pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Porém, em 26/01/2023, em consonância com o entendimento do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, o Desembargador do Trabalho-Presidente aplicou o princípio da boa-fé objetiva para desobrigar os magistrados (as) e servidores (as) à devolução de valores informados no item 9.5 do Acórdão 2306/2013 - TCU Plenário, conforme PROAD-9358/2022.

Em cumprimento a determinação presidencial a administração procedeu a baixa desses ativos contingentes, não mais restando valores nesta conta referente a este assunto.

Passivo Contingente

Passivo contingente é uma obrigação possível que resulta de eventos passados, e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não completamente sob o controle da entidade.

Este conceito se aplica ao passivo abaixo, relacionado com os seguintes processos:

Tabela 27: Passivos Contingentes

Classe	Tipo de Passivo	Saldo Inicial Passivos Contingentes Previstos	Passivos Contingentes Confirmados em 2022	Saldo Final Passivos Contingentes Previstos
Servidor	INATQD	57.969,32	(10,86)	57.958,46
TOTAL		57.969,32	(10,86)	57.958,46

FONTE: SIAFI 2022

No último exercício foram confirmados o montante de R\$ 10.860,91, sendo registrados em contas de passivo e passando a ter influencia nos demonstrativos contábeis.

Além disso, devido ao alto volume de passivos pagos no final do ano, a Coordenadoria de Pagamento não conseguiu atualizar o saldo desse passivo contingente até 31/12/2022, permanecendo, até então, os montantes registrados no ano imediatamente anterior.